

**CONFIGURAÇÃO DA PLURALIDADE INSTITUCIONAL DA ASSISTÊNCIA
TÉCNICA EM TERRITÓRIOS RURAIS NO SUL DO BRASIL**
**CONFIGURATION OF INSTITUTIONAL PLURALITY OF RURAL ADVISORY
SERVICES IN TERRITORIES IN SOUTHERN BRAZIL**

Juliano Vitória Domingues

Doutorando em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

juliano.tcche@gmail.com

Oscar José Rover

Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC

oscar.rover@gmail.com

**Grupo de Trabalho GT8. Construção de conhecimentos e estratégias de intervenção
planejada: da extensão rural aos diálogos interculturais**

Resumo

Este artigo analisa a configuração da assistência técnica na Mesorregião da Fronteira do Mercosul, no Sul do Brasil, destacando a pluralidade institucional e os diferentes níveis de acesso. O objetivo é analisar as características dos territórios locais nos quais a assistência técnica está mais apropriada, identificando as potencialidades e os desafios da pluralidade institucional. A metodologia utilizada envolveu o levantamento de informações, entrevistas com informantes-chave regionais e locais, e dados dos censos agropecuários. Os resultados revelam a predominância da agricultura familiar e a importância do valor da produção e tamanho dos estabelecimentos no acesso à assistência técnica. A pluralidade institucional é caracterizada por quatro formas principais: empresas públicas estaduais, cooperativas de produção com departamentos de assistência técnica, profissionais independentes e grandes empresas integradoras. Há também outras formas institucionais relevantes, como secretarias municipais, extensão universitária, sistema S, cooperativas de técnicos, revendas de insumos, empresas individuais e organizações da sociedade civil. Esta pluralidade contribui para um dos maiores níveis de acesso à assistência técnica (57,23%) do Brasil. Os limites principais são a priorização de um perfil econômico e social, o foco de instituições privadas a funções econômicas, a fragilidade da assistência estatal pela falta de técnicos e de cumprir a função de coordenação inter-institucional, além da baixa representação da sociedade civil na assistência técnica de uma forma geral. Apesar dos limites, a pluralidade se mostra promissora para prestar um serviço multifuncional a partir de uma abordagem territorial, na possibilidade de articulação entre necessidades de desenvolvimento e demandas das famílias em territórios rurais.

Palavras-chave: Quadro de análise mais apropriado, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural.

Abstract

This article analyzes the configuration of rural advisory services in the Mercosur Border Mesoregion, in Southern Brazil, highlighting institutional plurality and different levels of access. The objective is to analyze the characteristics of local territories in which rural advisory services are most appropriate, identifying the potential and challenges of institutional plurality. The methodology used involved data collection, interviews with regional and local key informants, and data from agricultural censuses. The results reveal the predominance of family farming and the importance of production value and establishment size in access to rural advisory services. Institutional plurality is characterized by four main forms: state-owned companies, production cooperatives with technical assistance departments, independent professionals, and large integrating companies. There are also other relevant institutional forms, such as municipal departments, university extension, S system, technical cooperatives, input resellers, individual companies, and civil society organizations. This plurality contributes to one of the highest levels of access to rural advisory services (57.23%) in Brazil. The main limitations are the prioritization of an economic and social profile, the focus of private institutions on economic functions, the fragility of state assistance due to the lack of technicians and the inability to fulfill the role of inter-institutional coordination, in addition to the low representation of civil society in rural advisory services in general. Despite the limitations, plurality shows promise for providing a multifunctional service based on a territorial approach, in the possibility of articulating development needs and demands of families in rural areas.

Key words: best-fit framework, family farm, rural development.

1. Introdução

A assistência técnica em territórios rurais apresenta uma pluralidade institucional que tem o potencial ampliar o acesso do serviço e promover desenvolvimento sustentável. O serviço tem como função assessorar os tomadores de decisão e suas organizações, por meio de conhecimento especializado, a qualificar e fortalecer suas atividades em territórios rurais (FREIRE, 1983). Sua característica plural se refere a um conjunto de instituições que apresentam dimensões políticas próprias e prestam diferentes funções. Não se trata apenas de instituições que orientam a produção, elas também promovem a organização política, a conservação ambiental, a inclusão social, dentre outras funções (KNIERIM et al., 2017).

A dimensão política das instituições surge a partir de interações, como conflitos, negociações e cooperação. O movimento democrático de privatização de instituições estatais e a dificuldade de empresas privadas em promover o desenvolvimento sustentável levaram à busca por novos modelos de assistência técnica. A partir da iniciativa de Neuchâtel, surgiu a proposta de um quadro de análise comum, com foco na pluralidade. Essa pluralidade é central, pois diferentes instituições podem ser mais adequadas a circunstâncias específicas e atender a múltiplas demandas em territórios locais (DIESEL, 2012).

Devido uma característica geral de desassistência nos territórios rurais, o pressuposto é que a pluralidade aumentaria o acesso aos serviços de assistência técnica, ampliando, por conseguinte, a quantidade e qualidade da produção, incentivando o comércio, melhorando a renda, aumentando o acesso a outras políticas públicas e preservando os agroecossistemas.

A Mesorregião da Fronteira do Mercosul é um caso a ser analisado porque tem pluralidade e um alto índice de acesso à assistência técnica e se destaca pela agroindústria e agropecuária, com predominância de agricultores familiares. Esta região, com 394 municípios, faz fronteira com a Argentina e é composta por parte do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Devido à sua abrangência, alto nível de assistência técnica e similaridades territoriais, a Mesorregião pode ser utilizada como território de análise (RIBEIRO; STAMM, 2022; DE LIMA; EBERHARDT, 2010).

A pluralidade da assistência técnica pode ser analisada a partir das características que fazem dela mais apropriada aos territórios rurais. Isto significa que existem configurações institucionais que trariam melhores impactos diante de certas circunstâncias territoriais (BIRNER et al., 2009; FAURE et al., 2016).

O objetivo deste artigo é mapear a pluralidade institucional de assistência técnica na Mesorregião da Fronteira do Mercosul e identificar as características mais apropriadas ao desenvolvimento sustentável diante de situações e contextos singulares.

Para atingir o objetivo, detalha-se, primeiramente, a metodologia, com o levantamento misto de informações. A análise está organizada em duas partes, a primeira contém o mapeamento do serviço na Mesorregião e a definição de territórios amostrais. A segunda parte contextualiza o território rural e a assistência técnica mais apropriada aos contextos locais. Argumenta-se que a experiência apresenta boas práticas para ser um exemplo de como um território pode estruturar altos níveis de assistência técnica, porém, reproduzindo uma estrutura semelhante e ainda excludente.

2. Metodologia

A metodologia deste artigo utiliza para a análise os dois primeiros passos de cinco do quadro de análise da assistência técnica mais apropriada ao contexto. Estes passos iniciais de mapeamento e seleção de casos de estudo têm os objetivos de caracterizar e identificar as funções das diferentes instituições de assistência técnica em um território, e verificar a adequabilidade dos casos escolhidos, de acordo com a tipologia utilizada. A análise de

desempenho, de impacto e de aprendizados a partir das comparações são passos da metodologia que não fazem parte deste artigo (FAURE et al., 2016).

O levantamento de dados utilizou os Censos Agropecuários Brasileiros de 1985 a 2017, entrevistas com informantes-chave regionais e locais, observação e documentos. Dos censos, as variáveis independentes foram o recebimento da orientação técnica declarada pelos dirigentes de estabelecimentos agropecuários e a origem institucional desta orientação. As variáveis dependentes se utilizou o tipo de agricultura, familiar ou não, o perfil social do dirigente, como gênero, faixa etária, cor, escolaridade, e informações sobre os estabelecimentos, como tamanho do estabelecimento, grupo de atividade econômica e classe de valor de produção. A análise destes dados buscou selecionar os territórios locais e caracterizar a pluralidade para uma comparação entre eles.

Os informantes-chave regionais foram definidos como aqueles que tinham atuação direta com o serviço no Estado do Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. Após a seleção dos territórios locais, os informantes-chave locais foram aqueles que atuavam com assistência técnica nos territórios selecionados. Observações foram feitas com a participação de eventos e atividades na Região Sul relacionados com o serviço, e com a travessia pelos territórios locais onde eram realizadas as entrevistas.

Para identificar as instituições de assistência técnica, foram realizadas buscas por instituições credenciadas na Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), além de entrevistas com informantes-chave (regionais, locais e membros de famílias de agricultores, atendidos e não atendidos) e consultas a documentos públicos para validar algumas das informações obtidas.

Os informantes-chave regionais entrevistados foram 15, representando professores universitários de extensão rural, fiscais e dirigentes dos conselhos de agronomia e biologia, diretores dos serviços estaduais de assistência técnica estatal, coordenadores regionais do serviço estatal, de cooperativas e ONGs. Estas entrevistas foram remotas, utilizando Google Meet e um roteiro semi-estruturado. Elas foram gravadas e transcritas pelo aplicativo Transkriptor.

Os informantes-chave locais entrevistados foram 12 e foram entrevistados presencialmente, sendo fiscais do conselho de agronomia, técnicos de ONGs, estatais, empresas, sindicatos e cooperativas. Alguns profissionais enviaram documentos institucionais, sendo que alguns deles, como as integradoras e algumas cooperativas, recusaram entrevistas e as informações institucionais são apenas documentais.

O critério para definir os territórios locais dentro da Mesorregião foi aqueles delimitados como regiões imediatas. São nomeadas assim aquelas regiões em que os centros urbanos próximos satisfazem as necessidades imediatas da população, como consumo, trabalho e serviços (IBGE, 2017). São os lugares onde há maior proximidade das relações sociais e materiais, onde a população apresenta relações de pertencimento com o meio em que vive (SANTOS; SILVEIRA, 2021).

Para definir na região quais locais seriam analisados e comparados, identificou-se os níveis de acesso à assistência técnica e de pluralidade institucional. Os níveis baixo, médio e alto foram classificados como 20 a 40%, 40 a 60% e 60 a 80%, respectivamente. A pluralidade foi definida como a assistência de pelo menos duas origens instituições com dimensões políticas diferentes, e que sua declaração pelos estabelecimentos ultrapasse 1% do serviço, na região imediata. Foram selecionados três locais com baixo, médio e alto acesso ao serviço, todos eles com a presença de pluralidade institucional, considerando os Estados do Sul (SC, RS e PR). Estes dados foram correlacionados com as informações prestadas nas entrevistas por informantes regionais.

A condução da análise dos dados e informações utilizou a estatística descritiva, a transcrição de entrevistas e a descrição sintética das observações empíricas. Para orientar os temas e conteúdos da análise e da interpretação utilizaram-se os fatores externos e as características do serviço do quadro de análise, quais sejam: ambiente político, aspectos comunitários, sistemas de produção e acesso a mercados, e as características do serviço, como governança, capacidade e gestão (BIRNER et al., 2009; FAURE et al., 2016).

A identificação das diversas organizações foi prosseguida pela identificação de suas funções e capacidade de fornecimento de assistência técnica no território. Os dirigentes ou coordenadores regionais, juntamente com os documentos institucionais, anunciavam a estrutura organizacional e equipe de trabalho, sua formação, suas atividades fins ou de suporte, e estas informações foram confirmadas e detalhadas com os técnicos.

3. A assistência técnica na Mesorregião da Fronteira do Mercosul

Os dados do Censo Agropecuário revelam que a Região Sul e a Mesorregião da Fronteira do Mercosul lideram o acesso à assistência técnica no Brasil, com metade dos estabelecimentos agropecuários assistidos. Enquanto a taxa nacional é de 20,21%, o Sul apresenta 48,59% e a Mesorregião 57,23%.

3.1. MAPEAMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Na Mesorregião, considerando a proporção entre os estabelecimentos assistidos, as cooperativas são as instituições que mais prestam o serviço, com 47,57%, seguido pelo serviço estatal com 33,07%, pelos profissionais independentes, com 24,16%, pelas integradoras com 22,18%, pelas empresas privadas com 5,57% e por outras instituições, com 4,49%. A sobreposição entre os assistidos é de 37,03%, entre as mais altas taxas no país, que é de 15,82%.

A divisão por estado está representada na proporção considerando o total de estabelecimentos (Tabela 1). Estes dados, porém, integram instituições com características distintas. As cooperativas podem ser de três formas: de produção, de agricultores e de técnicos. As cooperativas de produção são mais numerosas e têm a comercialização de produtos agropecuários vinculada aos departamentos de assistência técnica. Suas atividades estão centradas em mercadorias agrícolas de maior circulação, como caso de grãos, predominando soja, milho e trigo, e proteínas animais, como carne de frango, suínos, leite e ovos. Os insumos e a assistência giram em torno destes ramos agrícolas.

É uma instituição mais próxima à estrutura de assistência técnica das integradoras. A diferença é que as integradoras são empresas multinacionais e focam na produção de suínos e aves. Sua assistência é altamente especializada na produção e no protocolo de manejo. Como a integradora tem alto controle do processo produtivo, a exigência profissional se refere mais ao cumprimento do protocolo do que à formação profissional.

As cooperativas de agricultores diferem das de produção pelo menor porte. Isto faz com que os associados se conheçam e estabeleçam relações de proximidade, tanto de produtos como da assistência técnica, mudando, por conseguinte, o tipo de produção. Os associados produzem normalmente olerícolas, frutas, ervas medicinais, *in natura* ou processados, podendo incluir proteínas animais, normalmente ovos, queijos e embutidos. Nestas cooperativas, é comum ter um ou dois técnicos jovens que atuam de forma genérica. É comum que a troca de informações produtivas e comerciais ocorra na rede de famílias de agricultores e em associação com a assistência técnica estatal, seja do estadual ou municipal.

Tabela 1. Estabelecimentos agropecuários e a taxa de acesso à assistência técnica, face a pluralidade institucional, nos estados da Mesorregião da Fronteira do Mercosul

Instituição	Paraná (n.)	Santa Catarina (n.)	Rio Grande do Sul (n.)	Mesorregião (n.)	Acesso (%)
Cooperativas	9.204	22.814	40.954	72.972	27,22
Estado	5.894	15.767	29.079	50.740	18,93
Independentes	7.518	6.888	22.651	37.057	13,82
Integradoras	3.602	15.080	15.341	34.023	12,69
Empresas privadas	1.349	1.101	6.092	8.542	3,19
Outras	842	1.759	4.287	6888	2,57
Sobreposição	6.106	18.100	32.607	56.813	21,19
Desassistidos	19.085	34.950	60.609	114.644	42,77
Assistidos	22.303	45.309	85.797	153.409	57,23
Total	41.388	80.259	146.406	268.053	100,00

Fonte: IBGE, 2019.

As cooperativas de técnicos são médias e apresentam abrangência regional. A formação dos sócios comumente são agronomia, técnica agrícola, veterinária, zootecnia podendo incluir contabilidade, economia, direito, assistência social, psicologia. Os profissionais vivem e trabalham em diferentes cidades, normalmente dependendo de convênios e contratos com outras organizações públicas, privadas ou cooperativas de crédito. Isto gera um fluxo alto de entrada e saída de profissionais e trabalhos temporários ou pontuais.

A assistência do Estado é prestada principalmente por instituições da esfera estadual, especializadas na assistência técnica, e em menor frequência na esfera municipal e federal. A instituição estadual tem uma direção geral, gerências regionais e escritórios municipais. Algumas instituições estaduais construíram centros de treinamento e se fundiram com instituições estaduais de pesquisa.

Nos municípios, a função da assistência é sobreposta com outras funções, gerando uma características mais genéricas, além de um menor número de profissionais. Em poucos casos, existem profissionais que fazem parcerias com a esfera estadual. A esfera federal financia a assistência técnica de outras instituições, não aparecendo como uma prestadora de serviço.

As empresas privadas de assistência técnica comumente são pequenas, com um ou dois profissionais de atividades fim, podendo ter outros profissionais de suporte na área administrativa. Elas são especializadas em serviços como elaboração de projetos de crédito, serviços de topografia e georreferenciamento, estudos ambientais e revenda de insumos. Não foram incluídas no levantamento as empresas que apenas vendem produtos, como as agropecuárias. Empresas que se especializam na topografia fazem estudos ambientais mais simples e projetos de crédito pontuais e não vendem insumos.

Os estudos ambientais mais complexos ficam a cargo de empresas pequenas e médias da área florestal ou da biologia. Se as empresas das áreas agrárias se localizam em regiões rurais, as empresas ambientais se concentram em centros urbanos onde o licenciamento ambiental é mais comum. Estes trabalhos são na área de botânica, ecologia e zoologia, para planejamento e instalação de empreendimentos, recuperação de áreas degradadas e conservação ambiental.

O serviço de profissionais independentes acontece quando os agricultores são formados nas ciências agrárias, como técnicos agrícolas, da zootecnia, agronomia ou veterinária ou quando contratam autônomos. Famílias com profissionais independentes podem até necessitar de outra orientação técnica específica, porém têm mais autonomia que famílias sem profissionais independentes para atividades específicas, como elaboração de projetos e se responsabilizar por atividades que necessitam formalização ou práticas que dependem de técnicas.

As outras instituições prestadoras do serviço são o sistema S, ONGs, extensão universitária, sindicato de trabalhadores rurais, sindicato rural, movimentos sociais e instituições religiosas. Apesar de algumas serem até numerosas, as ações de assistência não são seu objetivo principal, tornando o serviço eventual.

A assistência do Sistema S tem abrangência regional e acontece pelo serviço de apoio a pequenas empresas e de educação rural. O apoio a pequenas empresas rurais acontece por projetos que têm promovido a gestão das atividades da agricultura familiar com finalidade comercial. O serviço de educação rural são cursos de curta duração que têm promovido habilidades e qualificação de atividades agrícolas e não agrícolas para empresários rurais.

As organizações não governamentais (ONGs) têm porte médio e abrangência regional e local. O trabalho é organizado em torno do apoio à produção e organização da agricultura familiar na promoção da organização, de ações agrícolas e socioambientais.

Algumas universidades oferecem ações extensionistas para as comunidades da região. São ações de projetos de extensão e programas de pós-graduação normalmente vinculadas com ciências agrárias, administração e economia com professores, técnicos e estudantes com equipes de tamanho pequeno ou médio. Normalmente são ações pontuais e específicas, algumas assumem formas continuadas.

Essa quantidade significativa de instituições de assistência técnica, em diferentes funções, gera a sobreposição. A sobreposição é relevante, pois os papéis dos serviços mudam a depender da instituição, aumentando o impacto do serviço e/ou a competição, ou podem estar associados ao desperdício de recursos.

Os dados mostram que a pluralidade institucional da assistência técnica está presente nas regiões e nos estabelecimentos agropecuários. Comparando Brasil, Sul e Mesorregião, verifica-se uma correlação entre maior taxa de assistência técnica com a maior sobreposição. Significa que a pluralidade pode ser crescente não só no número de estabelecimentos agropecuários assistidos, mas em diferentes funções, ou até de competitividade dentro dos próprios estabelecimentos. Estes dados de sobreposição chamam atenção porque não se conhece estudos brasileiros ou internacionais que tenham feito esta análise de dados, por mais que seja uma percepção comumente relatada entre profissionais no sentido de desperdícios. Ressalta-se que a pluralidade dentro do estabelecimento agropecuário também tem a dimensão de atender diferentes demandas a depender da função de cada organização de assistência técnica. O que os dados mostram é que a pluralidade no Sul tem se expandido e se agrupado.

3.2. SELEÇÃO DOS TERRITÓRIOS LOCAIS

A pluralidade institucional e o acesso à assistência técnica foram os dois critérios utilizados para definir os territórios locais como casos de comparação. A pluralidade, além de critério, é o pressuposto de que a variedade institucional, em um ambiente democrático, pode atender demandas territoriais simultaneamente, como socioambientais e/ou econômicas. Este pressuposto conduz a definição das regiões imediatas com maior pluralidade.

A pluralidade foi dimensionada utilizando o desvio padrão da porcentagem de instituições que prestavam assistência no território. Um desvio padrão menor indica maior pluralidade, pois existe uma maior equivalência na prestação do serviço. Um maior desvio padrão evidencia que a assistência técnica está concentrada em duas origens (Tabela 2).

Tabela 2. Desvio padrão relativo a pluralidade da assistência técnica nas regiões imediatas da Mesorregião da Fronteira do Mercosul

Desvio padrão	Frequência	Regiões imediatas
10 a 15%	5	Francisco Beltrão, Ijuí, Santo Ângelo, Erechim, Marau
15 a 20%	9	Pato Branco, Dois Vizinhos, Joaçaba, Videira, Três passos, Três de Maio, Tapejara, Lagoa vermelha, Nonoai
20 a 25%	14	Curitibanos, Chapecó, São Miguel do Oeste, Concórdia, Xanxerê, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Caçador, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Soledade, Palmeiras das Missões
25 a 30%	3	São Borja, Cerro Largo, Passo Fundo
30 a 35%	1	Carazinho

Fonte: elaborado pelos autores com base em IBGE, 2017, 2019.

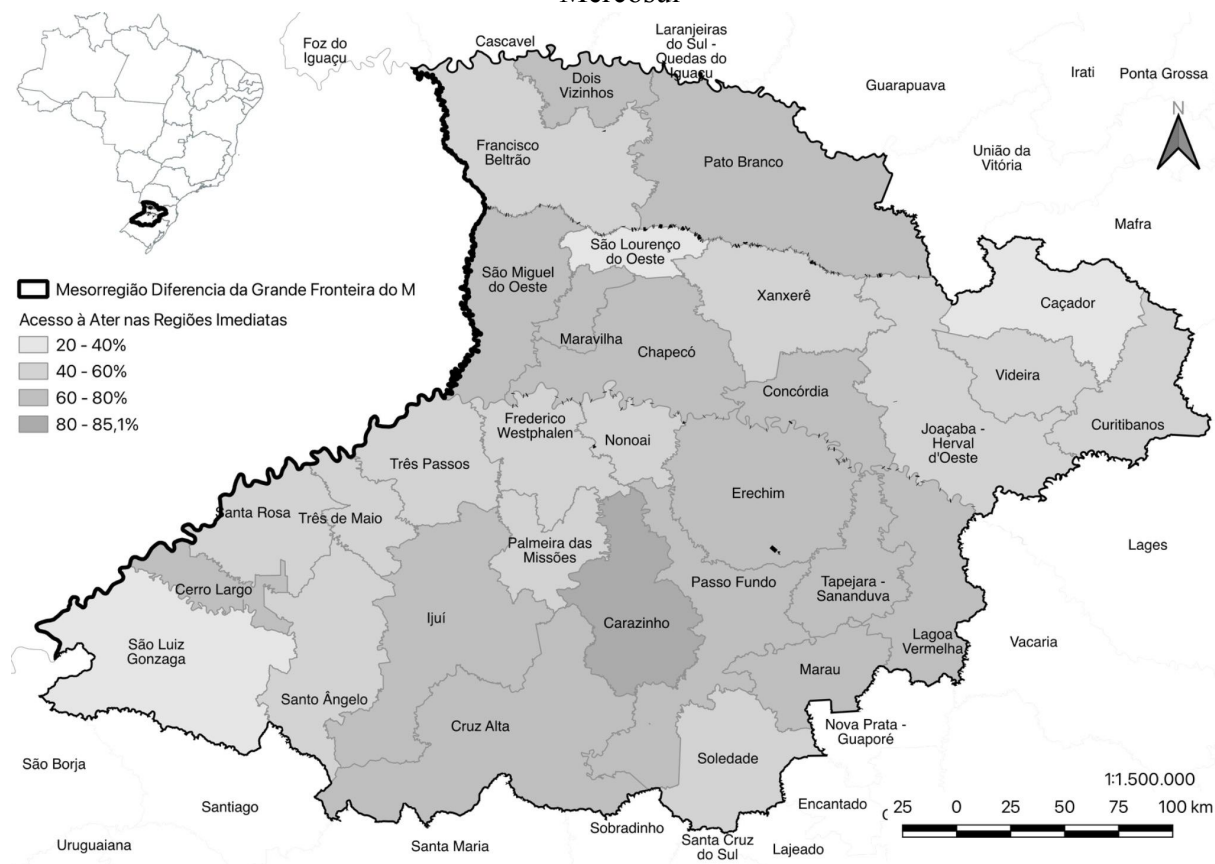
Exemplificando, a Região Imediata de Francisco Beltrão tem a assistência técnica equilibrada entre as instituições ($\sigma = 10,7\%$). A assistência de cooperativas compreende 34,1% dos estabelecimentos agropecuários assistidos, os profissionais independentes representam 30,5%, o serviço estatal 28,4%, as integradoras 20,4% e as empresas privadas 7%. Este baixo desvio padrão mostra um equilíbrio de prestação entre as instituições.

Em oposição, na Região Imediata de Carazinho ($\sigma = 31,1\%$), as cooperativas predominam com 81,0% da assistência técnica, sendo a estatal com 31,3%, os profissionais independentes com 16,5%, as integradoras com 7,4% e as empresas privadas com 5,6%. O alto desvio padrão já indicava que alguma instituição predominaria, como foi o caso da cooperativa.

Uma constatação relevante é que, apesar das variações, todas as regiões imediatas da Mesorregião apresentam pluralidade institucional, pois até a região com predominância de cooperativas existem serviços relevantes prestado pelo estado, integradoras, empresas privadas e profissionais independentes.

O segundo critério para definição dos territórios locais foi o acesso à assistência técnica. Quando utilizado em termos percentuais em relação ao total, pode ser lida como a taxa de acesso. Pela espacialização do acesso à assistência técnica se evidencia que há uma distribuição do serviço por toda a Mesorregião (Figura 1). Poucas regiões estão nos extremos das classes. Apenas três das 32 regiões imediatas estão na classe baixa, de 20 a 40%, e uma na classe muito alta, maior que 80%. As 28 restantes estão entre médio, de 40 a 60% ($n = 14$), e alta, de 60 a 80% ($n = 14$). Esta constatação confirma uma característica comum de média-alta assistência técnica na Mesorregião.

Figura 1. Classes de acesso à assistência técnica na Mesorregião da Fronteira do Mercosul



Fonte: elaborado pelos autores, 2025, com base no IBGE, 2019.

Considerando os dois critérios, a definição dos territórios amostrais para entrevistas com informantes locais considerou a existência da pluralidade e de classes de acesso baixo, médio e alto. A Região Imediata de Carazinho, por exemplo, tem o mais alto acesso e a menor pluralidade, não servindo como território amostral. Ela é exemplo do contrário, de como uma região imediata pode se especializar em assistência técnica, no caso de cooperativas, e atender praticamente todas as famílias de um território local.

Nas entrevistas, os informantes-chave regionais declararam que a região de Chapecó e o Sudoeste do Paraná representam a assistência estatal, por sua capacidade operacional, de planejamento regional e por suas parcerias institucionais. Como Chapecó pode ser considerada uma região como de nível alto de acesso, de 60 a 80%, e que no Sudoeste, sem região imediata de nível baixo, poderia ser utilizado apenas a Região Imediata de Francisco Beltrão em nível médio, de 40 a 60%, definiu-se pelo único caso possível no Rio Grande do Sul de nível baixo, 20 a 40%, que é a Região Imediata de São Luiz Gonzaga.

As três regiões imediatas definidas, dentro da Mesorregião, incluem, além dos critérios de acesso e pluralidade, a diferença político-administrativa, por estarem nos três Estados da Região Sul e em dois biomas, mata atlântica e pampa.

4. Caracterização da Mesorregião da Fronteira do Mercosul

As principais similaridades da Mesorregião são suas características ambientais e seu histórico de ocupação (RIBEIRO; STAMM, 2022). As características ambientais são marcadas pelo clima subtropical, pela mata atlântica, parte sul em transição com bioma pampa, por um solo predominantemente argiloso e ácido, derivado de rochas basálticas,

formando um planalto dissecado por rios, com destaque para o Rio Uruguai. Estas características, junto das práticas agrícolas, favoreceram a ocupação e o uso atual pela agrobiodiversidade, fertilidade dos solos e disponibilidade de água.

A ocupação atual é marcada, na origem, por conflitos mais ao sul do território, entre Espanha, Portugal, Jesuítas e Povos Indígenas. São Luiz Gonzaga foi a região imediata do Rio Grande do Sul onde se concentraram os conflitos iniciais na Guerra Guaranítica (DEVES; RAMBO; MIGUEL, 2008).

A ocupação mais central na mesorregião era por povos indígenas como Guarani, Kaingang e Xokleng e luso-brasileiros, estes descendentes de indígenas, negros e portugueses. A mudança aconteceu no início do século XX, no Estado de Santa Catarina, com a Guerra do Contestado. Após, iniciou-se um processo de colonização promovido pela política de branqueamento da Imperatriz Leopoldina. A colonização se dava principalmente por imigrantes teutos e ítalo. Numa fase seguinte, a colonização chega à região Sudoeste do Paraná, definindo a ocupação da Mesorregião (DEVES; RAMBO; MIGUEL, 2008).

A ocupação histórica da Mesorregião resultou, em diferentes tempos, em uma substituição forçada de culturas humanas pelo conflito promovido pelo Império Português e pela República do Brasil. Estes conflitos fizeram surgir um modo de ocupação com predomínio de usos pela colonização, na forma de uma agricultura familiar, com produção de autoconsumo e comercialização de excedente nas áreas de mata e, em porção menor, nas áreas de campos nativos das serras e do pampa com fazendas de criação de gado bovino (ROVER; ARNS; DOMINGUES, 2023).

A Mesorregião de um modo geral predomina a agricultura no uso de solo, pelas características ambientais e históricas de ocupação. A cidade mais populosa, Chapecó, tem na sua base econômica uma significativa importância do setor agroindustrial. O território da Mesorregião tem área de 120 mil km² e uma população de 4,19 milhões de habitantes. A densidade habitacional é de 34 hab./km² (IBGE, 2023).

Seguindo o critério de Veiga (2004), são poucos os municípios com características urbanas. Três deles têm maior aglomeração urbana (>100 mil hab.) e 23 têm maior densidade populacional (80 hab./km²). O 1,6 milhão de habitantes dos municípios urbanos representa 39% da população urbana, isto é, seis em cada dez habitantes da Mesorregião moram e vivem em áreas rurais. A Mesorregião é, portanto, um território essencialmente rural.

4.1. CIRCUNSTÂNCIAS DOS TRÊS TERRITÓRIOS LOCAIS SELECIONADOS

Considerando os três territórios locais em referência aos níveis baixo, médio e alto de acesso à assistência técnica, há uma grande diferença em termos de pressão antrópica (Tabela 3). Na Mesorregião, a urbanização não limitou a assistência técnica de territórios rurais, mas ao contrário, o adensamento da população em um território rural induziu o serviço a assistir as famílias rurais.

O território local com alto acesso (Região Imediata de Chapecó) apresenta maior população rural, densidade demográfica, número de municípios e valor de produção por hectare, ao passo que tem menor área territorial, mas principalmente menor área total e média dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 3). Isto revela uma correlação entre valor de produção agrícola e pecuário por hectare com maior população rural e maior acesso, ou seja, a maior proximidade das relações sociais e o uso dos serviços conseguem otimizar os recursos do território para gerar riquezas.

Tabela 3. Comparação de características de três territórios locais na Mesorregião da Fronteira do Mercosul

Característica	REGIÃO IMEDIATA DE		
	São Luiz Gonzaga, RS	Francisco Beltrão, PR	Chapecó, SC
Acesso à assistência técnica (%)	37,05	47,49	61,32
Área (mil km ²)	6,97	5,99	4,86
População (hab.)	70.510	294.103*	458.186*
População rural (hab.)	70.510	197.437	203.401
Densidade demográfica (hab./km ²)	10,11	49,09	94,17
Var. população (2010-2022) (hab.)	-4.221	32.772	92.430
Municípios (n.)	9	21	32
Estabelecimentos agropecuários (n.)	7.354	21.899	19.383
Agricultores familiares (n.)	5.489	18.092	16.803
Agricultores não familiares (n.)	1.865	3.807	2.580
Valor da lavoura (Mil R\$)	966.660	902.403	363.868
Valor da pecuária (Mil R\$)	206.786	1.206.618	1.557.255
Área dos estabelecimentos (ha)	606.890	522.276	376.700
Valor de produção (R\$/ha)	1.933,5	4.038,1	5.099,9
Média dos estabelecimentos (ha)	82,53	23,85	19,43

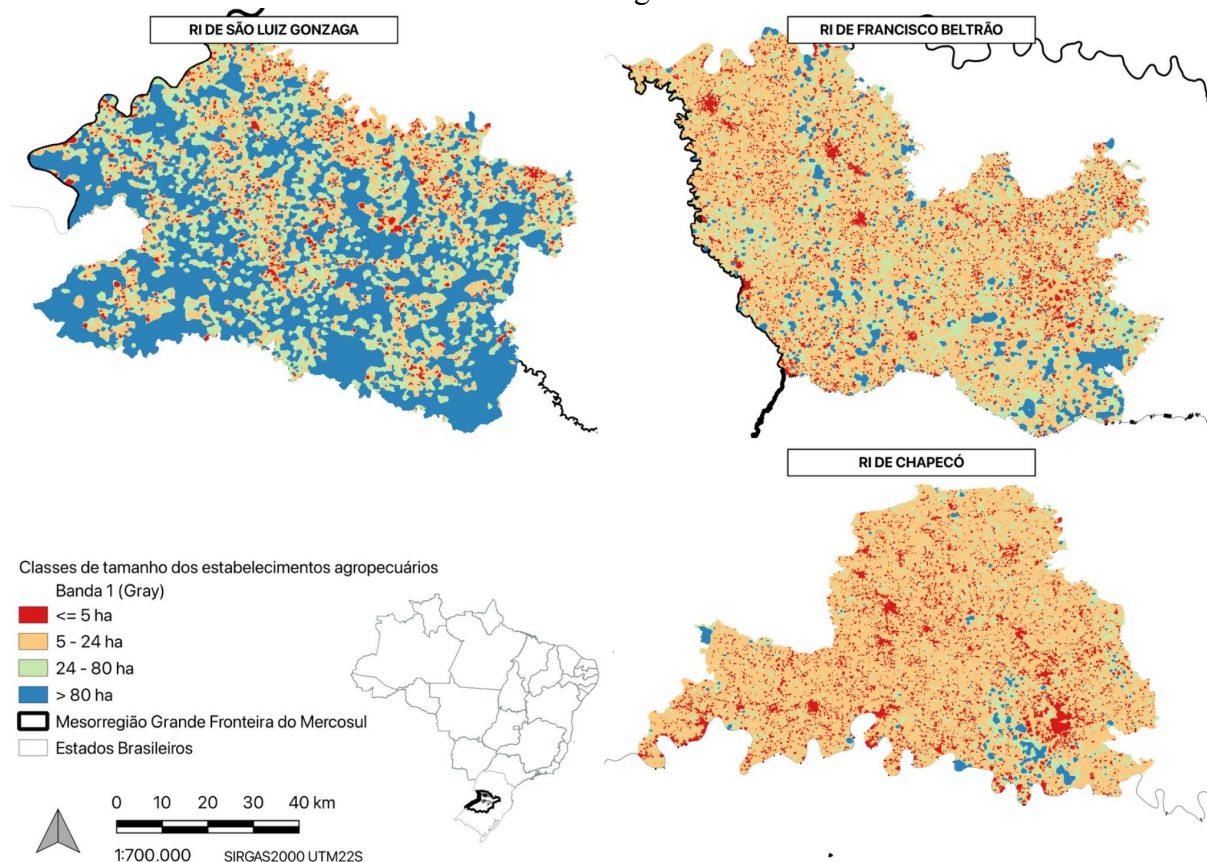
NOTA – *População urbana de Francisco Beltrão 96.666 habitantes e de Chapecó 254.785.

Fonte: IBGE, 2019, 2023.

Uma diferença relevante da região de baixo acesso (São Luiz Gonzaga), comparando com as outras duas, é que ela está em transição do uso e ocupação do solo. Apesar de três a cada quatro agricultores serem familiares, a média de área dos estabelecimentos, de 82,53 ha, mostra que a ocupação do território é por grandes estabelecimentos. Esta característica é mais evidente quando ilustrada por cartografia (Figura 2).

Os valores de produção agrícola e pecuária revelam uma comercialização para além da região, pois são todas elas regiões produtoras de alimentos. Grande parte da soja, milho e trigo é produzida para a alimentação animal na própria Mesorregião. Na região de São Luiz Gonzaga, parte dos grãos produzidos são exportados via Porto de Rio Grande. Diferentemente, a produção de suínos e aves tem como finalidade a exportação (IBGE, 2020).

Figura 2. Distribuição espacial das classes de tamanho de estabelecimento agropecuário em três territórios locais da Mesorregião da Fronteira do Mercosul



Fonte: elaborado pelos autores, com base em SICAR (2024).

O que estes valores de produção não revelam é a produção para alimentação humana na região. Não se quantificou essa produção e consumo interno, mas se observa empiricamente que há um conjunto de famílias que produzem e comercializam olerícolas, frutas, panificados, ovos, embutidos, lácteos, em feiras, em cooperativas, comércios de todos os portes, diretamente aos consumidores, na rua, para escolas, entre outras, além de terem outras atividades como turismo rural, prestação de serviços e outras atividades não agrícolas, como estudos apontam sobre a diversificação, a multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar na Mesorregião (CAZELLA, 2020; DORIGON, 2020).

Os dados revelam que a urbanização e a concentração de pequenos e médios estabelecimentos não comprometem a produção agrícola no território rural. Revelam também que a assistência técnica está mais presente nos locais onde o valor de produção é maior.

4.2. FUNÇÕES DA PLURALIDADE INSTITUCIONAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Knierim *et al.* (2017) propuseram uma classificação das instituições de assistência técnica, como pública, privada, da sociedade civil e de agricultores. As instituições públicas incluem o serviço estatal, seja federal, estadual ou municipal, e as universidades públicas e comunitárias. Consideram que a assistência estatal é hierarquicamente integrada, as decisões são tomadas de cima para baixo e o interesse é o bem e a provisão pública. As universidades são parcialmente integradas à comunidade, com relativa autonomia organizacional e têm como orientação a geração do conhecimento científico de interesse público. No Brasil, poderiam estar incluídas no serviço público o sistema S, pois são contribuições de interesse de

categorias profissionais (agricultores) e econômicas (agricultura), estabelecidas pela constituição brasileira (BRASIL, 1988; BRASIL, 1991).

As instituições privadas apresentam várias formas independentes de atuar, desde cooperação das equipes ou hierárquicas até pequenas empresas e autônomos com orientação para geração de lucro e pela competitividade. Isto leva o serviço a ser orientado pela demanda e para o usuário, mais que as instituições públicas (KNIERIM et al. 2017). As cooperativas de produção, de técnicos, integradoras e empresas privadas podem ser caracterizadas como instituições privadas.

As instituições da sociedade civil apresentam vários níveis de hierarquias e de gestão horizontais entre equipes, como organizações ambientais ou religiosas, e têm interesse social particular e sem fins lucrativos. Elas são próximas das instituições de famílias agricultoras. As instituições de famílias de agricultores são mais heterogêneas nas suas formas, mas com um interesse comum para os agricultores e suas atividades. Elas são fortemente baseadas e controladas pelas próprias famílias.

Com base na classificação proposta e nas entrevistas com os informantes locais, apresentam-se as diversas funções da assistência técnica na Mesorregião (Quadro 1).

Quadro 1. Funções de assistência técnica na Mesorregião da Fronteira do Mercosul
(*continua*)

Instituição	Função do serviço
Pública	- Promover práticas sustentáveis pela orientação produtiva, como manejo de solo, técnicas de cultivo (ex. revitalizar a produção de frutas, focar no desenvolvimento da cadeia produtiva do leite), conservação ambiental (vegetação e solo), manejo integrado de pragas e práticas agroecológicas; - Elaborar e acompanhar projetos de crédito; - Apoiar a organização, comercialização e agroindustrialização de cooperativas e associações da agricultura familiar; - Promover cursos e treinamentos para agricultores e técnicos, abordando temas como gestão, mercado e práticas agrícolas; - Pesquisar novas tecnologias e práticas que aumentem a produtividade e a sustentabilidade das atividades agrícolas; - Coordenar de iniciativas de Alimentação Escolar e de Aquisição de Alimentos; - Colaborar com diversas instituições, como cooperativas, ONGs, conselhos e órgãos governamentais, para potencializar suas ações e alcançar melhores resultados.
Privada	- Prestar serviços especializados para agricultura, pecuária, floresta e preservação ambiental (consultoria ambiental por técnicos, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, biólogos e veterinários); - Elaborar projetos agrícolas e orientar a compra de insumos, ajudando a maximizar a eficiência e a produtividade da produção; - Incentivar a compra de produtos dentro da organização, como forma de financiar o serviço de forma gratuita; - Integrar o processo produtivo à comercialização de fornecedores e mercadorias.
Da	- Suportar tecnicamente os agricultores, ajudando com a documentação

Instituição	Função do serviço
sociedade civil	necessária para financiamentos agrícolas e pecuários; - Promover treinamentos e orientações sobre práticas agrícolas, visando melhorar a produção e a sustentabilidade da agricultura familiar; - Atuar como ferramenta de luta pelos direitos dos trabalhadores, englobando questões políticas e sociais que afetam a classe; - Facilitar a participação dos agricultores nas políticas públicas, garantindo que suas necessidades e direitos sejam ouvidos e atendidos.
De agricultores	- Fornecer assistência técnica na implementação de práticas agroecológicas e na gestão de suas produções, promovendo a biodiversidade e a agroecologia e acesso a tecnologias populares; - Facilitar o acesso a tecnologias e recursos para a produção agrícola, como doações de materiais e equipamentos; - Promover a comercialização direta e a interação entre produtores rurais e consumidores urbanos; - Formar lideranças de sindicatos e cooperativas para a organização coletiva; - Formar educadores com cursos e seminários de educação ambiental; - Formar lideranças e agricultores em educação popular e a conscientização política sobre direitos e deveres, ajudando comunidades a se organizarem e a lutarem por seus direitos.

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Algumas funções se sobrepõem entre as instituições de assistência técnica, enquanto outras são específicas. Orientação produtiva e crédito agrícola são as funções comuns. Para atender a função de orientação, o tamanho das equipes das instituições públicas dos serviços estaduais foram reduzidas e estão priorizando as demandas de projetos de crédito, coordenação de políticas públicas de alimentação e treinamentos. Não são poucos os casos municipais que um técnico se divide em dois municípios para atendimento a projetos de crédito, em detrimento à orientação produtiva. A falta de reposição dos aposentados e de saída de profissionais para outras organizações é a principal razão da priorização da função de projetos de crédito ante a orientação produtiva.

Diferentemente dos serviços públicos de instituições do estado, as instituições do sistema S têm aumentado o orçamento e o número de profissionais. A função está em treinamento de habilidade e a assistência gerencial. Apesar da função diferente, é comum o relato da desconfiança entre profissionais, em virtude da assistência gerencial e o treinamento serem feitos em estabelecimentos assistidos por outras instituições públicas, gerando uma sobreposição. Não há um problema de sobreposição de funções em si, mas de falta de coordenação entre as instituições para aproveitar melhor os esforços de ação coletiva.

As cooperativas de produção e as empresas prestam assistência técnica para práticas produtivas, principalmente na aplicação de insumos, como sementes e fertilizantes, ou tratamentos fitossanitários ou veterinários. Como as cooperativas de produção são médias e grandes, os serviços são setorizados e têm equipes de suporte, diferente das empresas pequenas e médias, que o suporte é frequentemente realizado pelos técnicos. Para elas, não há uma orientação produtiva, no sentido educativo em que os agricultores aprendem a resolver por si situações recorrentes, mas a prescrição de uma informação a ser executada.

Alguns agricultores experientes relataram que vão aprendendo o que fazer em cada situação na observação dos técnicos e que necessitam de profissionais para serviços mais especializados. Um agricultor sênior chegou a manifestar que precisaria ser agrônomo para ter segurança no manejo fitossanitário da lavoura de soja. Nestes casos, os agricultores, por mais experientes que sejam, aprendem mais pela observação do que pela orientação.

Esta distinção de função entre serviço educativo e prescrição informativa muda as formas de relação entre serviço e família. A assistência técnica educativa ocorre quando os agricultores aprendem com os técnicos, e vão assumindo sua autonomia para as tomadas de decisões em situações comuns. A prescrição se dá com a resolução de um problema diagnosticado, passando uma informação ou executando uma tarefa. A falta de autonomia acontece quando a prescrição é feita sem um processo educativo (FREIRE, 1969).

A prescrição tem sido mais frequente nas instituições privadas. A capacidade de prescrição das instituições privadas tem sido mais estruturada que a educação promovida pelas instituições públicas, da sociedade civil ou de agricultores. Isto tem causado maior dependência do serviço especializado, e não maior autonomia das famílias.

As instituições públicas, da sociedade civil e de agricultores têm em comum a função de formação e de organização. A formação para as instituições públicas é voltada às atividades agrícolas e organização, já as instituições da sociedade civil e de agricultores incluem a garantia de direitos para acesso a políticas públicas e para conscientização política.

De forma única, as instituições públicas são as formas que realizam pesquisas com a intenção de qualificar as atividades agrícolas no território, seja no sentido da produtividade como da sustentabilidade, assim como acontece na União Europeia (KNIERIM et al., 2017). Também é a única forma institucional que tem a função de coordenar e aproximar as demais institucionalidades para potencializar os resultados comuns. Todas as demais têm sua coordenação interna, mas não agem no sentido de coordenação das ações inter-institucionais de modo territorial. No entanto, a função de coordenação inter-institucional das organizações públicas é praticamente nula – ou “diplomática”, como disse uma técnica do serviço estatal – quando se trata de organizações privadas.

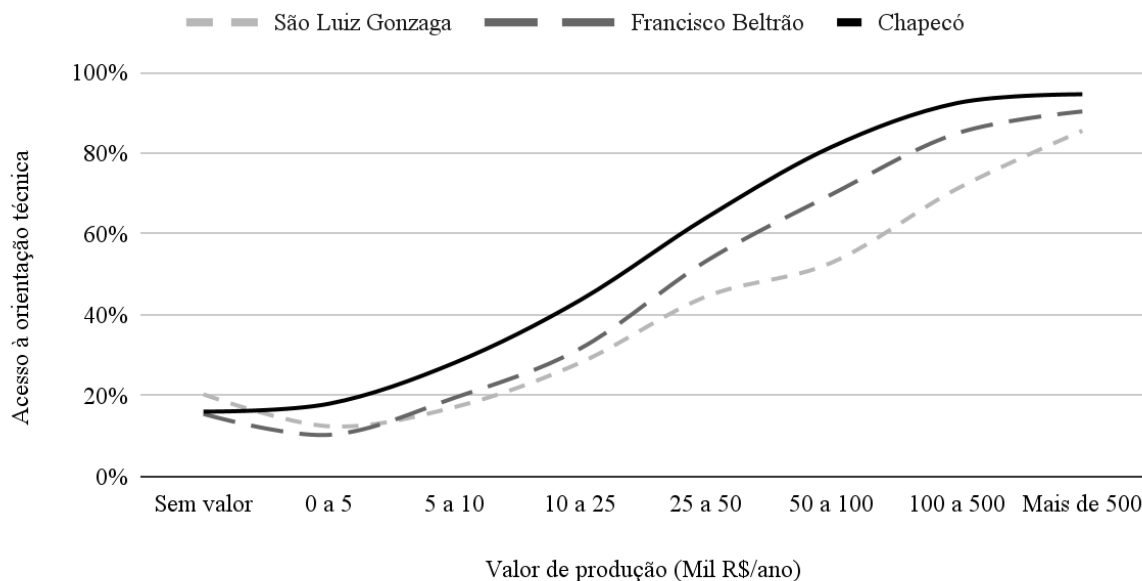
4.3. DESEMPENHO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS TERRITÓRIOS LOCAIS

A assistência técnica presta o serviço a um perfil comum de famílias e estabelecimentos. Os dirigentes homens, brancos, que geram maior valor de produção, tem área do estabelecimento agropecuário maior e com ensino fundamental, são mais assistidos do que mulheres, jovens, negros, pardos, amarelos e indígenas, sem escolaridade, que valor de produção é até 1,5 salário mínimo e de pequenos e micro estabelecimentos. Quanto mais o território local se aproxima do primeiro perfil maior será a presença da assistência técnica, sendo o inverso verdadeiro.

Não há diferença significativa do acesso à assistência técnica pela agricultura familiar (58,44%) da agricultura não familiar (56,62%). Como a proporção de agricultores familiares é muito maior, são 124.407 familiares e 22.249 não familiares, pode-se afirmar que a assistência técnica está mais estruturada para prestar o serviço às famílias rurais. Porém, não deixa de atender empresas, fazendas, hortos, hospitais, dentre outros estabelecimentos.

O valor de produção é a variável com maior destaque em relação ao acesso à assistência técnica. Os estabelecimentos agropecuários com maiores valores de produção têm maior acesso. O valor que faz a maioria dos estabelecimentos serem assistidos é de R\$ 25 mil anuais, próximo a um salário mínimo e meio (Figura 3).

Figura 3. Valores de produção de estabelecimentos agropecuários assistidos em três territórios locais da Mesorregião da Fronteira do Mercosul



Fonte: elaborado pelos autores, com base em IBGE, 2019

Em todas as classes de valor de produção, o território de maior acesso tem mais assistência que o de média, que tem mais que o de baixa. A exceção é a classe sem valor até R\$ 5 mil anuais em São Luiz Gonzaga, com maior assistência de profissionais independentes.

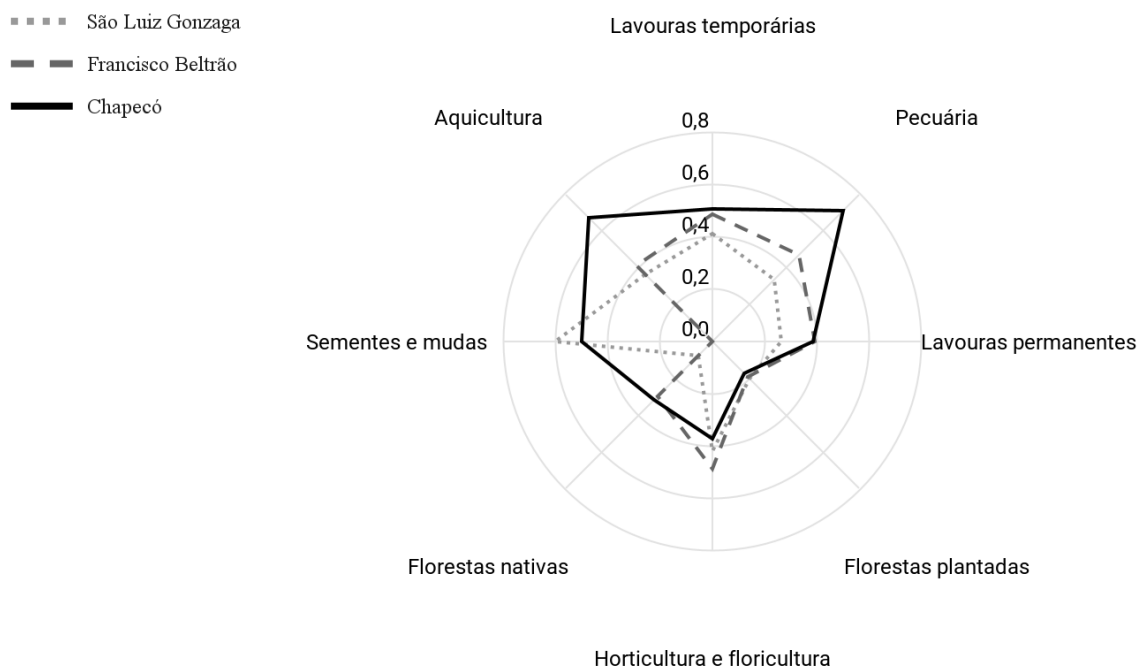
Esta diferença média entre as classes de valor de produção em Chapecó e São Luiz Gonzaga chega a ser de 13,26%. Entretanto, a diferença é maior nas classes de maior valor de produção do que nas de menor. Significa que a orientação técnica se expande em territórios com alto acesso à assistência técnica principalmente nas classes de estabelecimentos agropecuários de maior valor de produção, acima de R\$ 25 mil anuais. Residualmente, ela beneficia estabelecimentos agropecuários com valores de produção abaixo deste valor, reforçando a importância da relação do valor de produção com a assistência técnica.

Um fator importante para o valor de produção é o tamanho do estabelecimento agropecuário. O acesso à assistência técnica segue uma relação linear em relação à classe de tamanho dos estabelecimentos agropecuários. Porém, a diferença média das classes de tamanho é de 24,54% entre Chapecó e São Luiz Gonzaga, maior que o valor de produção. Repete-se a dimensão estrutural de que estabelecimentos com menores tamanhos são menos assistidos e o desempenho superior de um território com maior acesso às classes de menor tamanho.

As atividades agrícolas de lavouras temporárias, como soja, trigo e milho, e permanentes, como pinus e eucalipto, são relacionadas linearmente entre valor de produção e tamanho do estabelecimento. A pecuária, como bovinos, suínos e aves, concentram-se nos estabelecimentos agropecuários entre 5 a 50 ha. Um tamanho de estabelecimento agropecuário que limita para baixo a produção pecuária é próximo de 10 ha (IBGE, 2019).

Os dados evidenciam que as atividades agropecuárias são mais assistidas naqueles estabelecimentos com maiores valores de produção e em maiores áreas. Esta afirmativa só não se aplica a alguns grupos de atividade econômica, como floresta plantada e nativa, e pecuária extensiva (Figura 4).

Figura 4. Atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários assistidos na Região Imediata de São Luiz Gonzaga, RS, Francisco Beltrão, PR e Chapecó, SC



Fonte: elaborado pelos autores, com base em IBGE, 2019

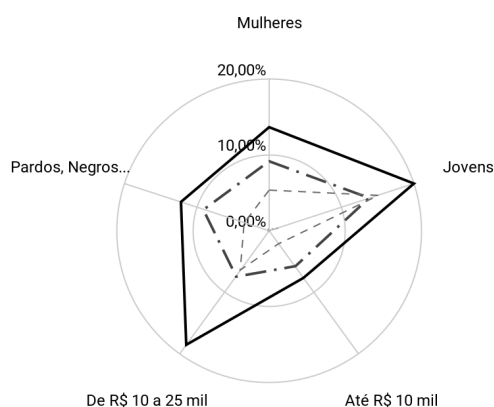
A assistência para a horticultura e floricultura está em torno de 40% em todos os territórios, não apresentando diferenças significativas entre locais. A pecuária e a aquicultura se destacam em Chapecó pela importância das atividades no valor de produção do território. As lavouras permanentes são mais orientadas tecnicamente em Chapecó e Francisco Beltrão, apesar de São Luiz Gonzaga ter na lavoura temporária o valor de produção significativo do território. Chama atenção o fato que a atividade de lavoura temporária e pecuária extensiva ser relativamente mais importante em São Luiz Gonzaga que os outros territórios e, mesmo assim, têm assistência média e baixa, respectivamente. Neste território, muitos produtores de grãos e grande parte dos pecuaristas são desassistidos.

A assistência técnica para sementes e mudas, atividade que exige maior complexidade técnica, se destaca em São Luiz Gonzaga, confirmando a importância da produção de grãos neste território.

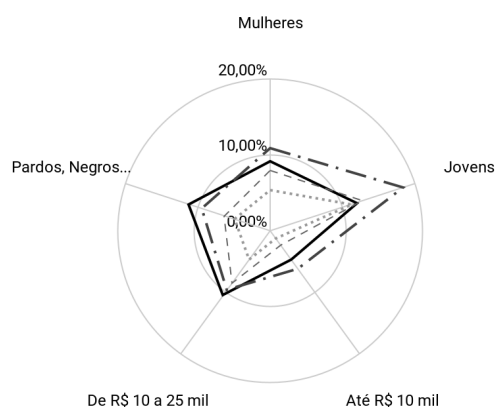
O perfil de estabelecimentos desassistidos revela um importante caminho para ampliar o acesso à assistência técnica em cada território. A assistência a este perfil fica em torno de $\frac{1}{3}$, ampliando ou diminuindo relativo a taxa de acesso no território local. Dentre estes, os mais assistidos são os jovens e os que produzem valores mais próximos a 25 mil reais, e os menos são os que recebem até 10 mil reais, mulheres e pardos, negros, indígenas e amarelos (Figura 5).

Figura 5. Perfil dos estabelecimentos agropecuários desassistidos, por instituição e território

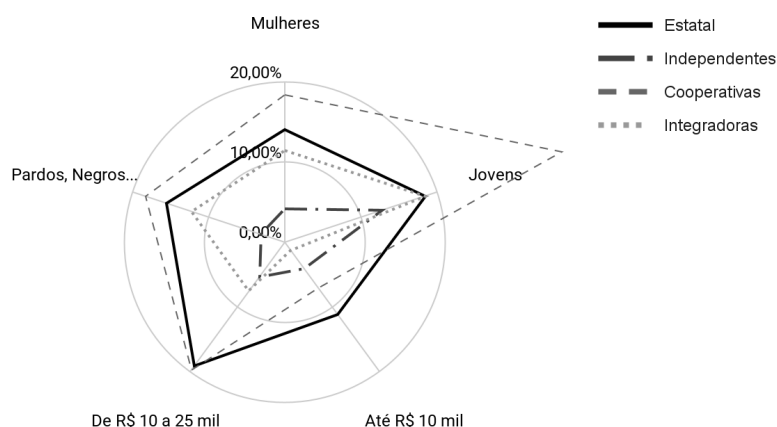
São Luiz Gonzaga, RS



Francisco Beltrão, PR



Chapecó, SC



Fonte: elaborado pelos autores, com base em IBGE, 2019.

A maior restrição em termos de orientação técnica se refere ao valor de produção abaixo de 10 mil reais. A média entre os territórios fica entre 15% de acesso. Para mulheres e soma de negros, pardos, amarelos e indígenas fica em torno de 25%. Isto informa que mais restritivo que o perfil social é o perfil econômico das famílias.

Para este perfil de desassistido, o território com baixo acesso é mais assistido pelo Estado e por profissionais independentes; o território de médio acesso, é mais assistido por profissionais independentes, pelo Estado e por cooperativas; e o território com alto acesso, este perfil é mais assistido pelas cooperativas e pelo Estado. Estes dados revelam que a pluralidade tem um papel importante em assistir parte do perfil de estabelecimentos desassistidos. Ela se mostra um caminho possível para ampliar a prestação de serviços, além de ser relevante para atender múltiplas demandas, diante de suas funções econômicas, sociais, ambientais e políticas.

5. Considerações finais

A pluralidade institucional da assistência técnica na Mesorregião da Fronteira do Mercosul é caracterizada por instituições principais: a) empresas públicas estaduais, b) cooperativas de produção, com departamentos, c) profissionais independentes, formados em ciências agrárias, e, d) grandes empresas integradoras. Se praticamente todas as formas organizacionais têm como função a orientação produtiva e o crédito, muda a sua finalidade. Enquanto as empresas estatais e os profissionais independentes buscam o sentido do aprendizado com práticas sustentáveis, as cooperativas de produção e integradoras focam na prestação de serviços especializados para produção de *commodities*. Uma função exclusiva das instituições públicas é a coordenação de instituições e políticas públicas.

Existe um outro conjunto de formas institucionais de assistência técnica com baixa significância mas com funções relevantes nos territórios: e) as de origem públicas como as secretarias municipais, a extensão universitária e o sistema S, f) de origem privada como as cooperativas de técnicos, revendas de insumos, empresas individuais ou microempresa de profissionais, e g) de origem da sociedade civil como organizações não governamentais, instituições religiosas, cooperativas de agricultores, sindicatos e movimentos sociais. A maior parte das funções das organizações principais, e estas de menor porte, são idênticas. O que muda é a escala para o nível local. A novidade destas é que as organizações da sociedade civil incluem a função de aproximar o público mais vulnerável às políticas públicas e discutir os direitos através de lutas políticas, bem como atuar na orientação e crédito para produtos da alimentação saudável no território local.

Esta configuração da pluralidade na Mesorregião alcança os melhores resultados em termos de acesso à assistência técnica aos estabelecimentos agropecuários no Brasil com uma taxa de 57,23%. A depender de cada território local, um tipo institucional se destaca, mas sempre havendo pluralidade institucional, seja por cooperativas, pelo estado, por integradoras ou por profissionais independentes.

A principal dificuldade de ampliação deste número se dá pela priorização de estabelecimentos agropecuários com valores de produção acima de 25 mil reais anuais, com grande restrição àqueles abaixo de 10 mil reais anual. Parte da restrição também é representada pela questão econômica, no tamanho dos estabelecimentos menores de 10 ha, que restringe o valor produzido, além do tipo de atividade agropecuária, como a pecuária extensiva, a lavoura permanente, florestas plantadas e nativas. Outra parte da restrição se dá em função de um perfil social como sendo os estabelecimentos dirigidos por mulheres e jovens, pessoas sem escolaridade, por pardos, negros, amarelos e indígenas.

O perfil de estabelecimentos agropecuários assistidos tem o serviço pelo estado, cooperativas ou integradoras, e quando ela não está disponível, as famílias de maior renda contratam profissionais independentes ou formam seus membros.

As instituições privadas prestam a assistência com funções fortemente econômicas e sociais, ficando muito aquém em funções ambientais e políticas. Se há resultados, são oriundos indiretamente da função socioeconômica. Esta escolha pela função produtivo-econômica, mesmo com a agricultura familiar, reduz o potencial de impacto nos territórios à medida que são organizações de grande relevância.

Outro desafio é que a assistência estatal está cada vez menos capaz de exercer suas funções, que são muitas, algumas exclusivas como a pesquisa e coordenação inter-institucional. Elas têm realizado a fusão institucional para redução de custos e estão repondo apenas profissionais que se aposentam. Isto limita a função de coordenação inter-institucional e a capacidade de oferta de serviços de interesse público, como a assistência ao perfil de desassistidos e articulação das parcerias para efeitos públicos.

Um último desafio é a pouca representatividade das organizações da sociedade civil na pluralidade institucional. Elas têm atuado em funções exclusivas como luta por direitos sociais e conscientização política, além de promover junto do estado as práticas sustentáveis. A sua ampliação com a assistência estatal é fundamental e necessária para promover funções socioambientais.

A Mesorregião da Fronteira do Mercosul apresenta a assistência técnica com características mais apropriadas vinculadas a uma alta capacidade de assistência, predominantemente gratuita, com funções multidimensionais, que favorece e amplia o atendimento um perfil socioeconômico normalmente desassistido, que tem promovido o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, mas carece de coordenação e ampliação de sua função socioambiental.

Referências

BIRNER, R. et al. From Best Practice to Best Fit: A Framework for Designing and Analyzing Pluralistic Agricultural Advisory Services Worldwide. **The Journal of Agricultural Education and Extension**, Washington, v. 15, n. 4, p. 341–355, 2009. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13892240903309595>. Acesso em: 06 mar. 2025.

BRASIL. Lei Nº 8.315, de 23 de Dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) [...]. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de dezembro de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8315.htm. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte [...] promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 09 mar. 2025.

CAZELLA, A. A. et al. Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 21–47, 1 fev. 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.36920/esa-v28n1-2>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DE LIMA, J. F.; EBERHARDT, P. H. DE C. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. **Redes**, v. 15, n. 2, p. 134 - 151, 19 maio 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056846008>. Acesso: 09 mar. 2025.

DEVES, O.; RAMBO, A. G.; MIGUEL, L. A. A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: uma análise dos sistemas agrários e das políticas de desenvolvimento neste "território". **Anais do Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30350>. Acesso em: 09 mar. 2025.

DIESEL, V. A construção de consensos sobre o futuro da extensão rural nas organizações de cooperação internacional. IN: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2012. E-book. Disponível em: https://issuu.com/vandiroe/docs/diesel_et_al._livro_pluralismo_inst. Acesso em 26 fev. 2025.

DORIGON, C. et al. A produção de alimentos para o autoconsumo na região oeste do Estado de Santa Catarina. **Redes**, v. 25, p. 2060–2085, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.14645>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FAURE, Guy et al. **Framework to Assess Performance and Impact of Pluralistic Agricultural Extension Systems: The Best-fit Framework Revisited**. IFPRI Discussion Paper 01567, 2016. Disponível em: <https://www.ifpri.org/publication/framework-assess-performance-and-impact-pluralistic-agricultural-extension-systems-best>. Acesso em: 26 jan. 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (1969).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 5 dez. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 04 mar. 2025.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 04 mar. 2025.

KNIERIM, A. et al. Pluralism of agricultural advisory service providers – Facts and insights from Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 55, p. 45–58, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.07.018>. Acesso em: 04 mar. 2025.

RIBEIRO, Laudelina Alves; STAMM, Cristiano. Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul: um aporte para a literatura. **Geosul**, v. 37, n. 82, p. 109-125, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/82682>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ROVER, Oscar José; ARNS, Carlos Eduardo; DOMINGUES, Juliano Vitória. Transformação e diferenciação dos agroecossistemas da região oeste de Santa Catarina / BR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 62, p. 1383-1398, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v62i0.86649>. Acesso em: 09 mar. 2025.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SICAR. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. **Consulta Pública**. [online]: CAR, 2024. Disponível em: <https://www.car.gov.br/#/consultar>. Acesso em: 01 set. 2024.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 71–94, 2004. Disponível em: https://www.zeeli.pro.br/a_dimensao_rural_do_brasil/. Acesso em: 7 ago. 2023.